

# Por um mundo onde sejamos socialmente iguais!

*Contribuição sobre o combate às opressões  
escrita pelo Coletivo **Vamos à Luta!***

Na sociedade em que vivemos, as diferenças, transformadas em relações desiguais, têm garantido por centenas de anos uma maior exploração de alguns setores. Todos os dias negros, mulheres, gays, lésbicas, travestis e transsexuais sofrem com a falta da garantia plena de seus direitos.

A naturalização dessas desigualdades é o que coloca o importante desafio de debatermos e lutarmos contra as opressões manifestas através do racismo, do machismo e da homo\lesbo\transfobia.

## **1) Basta de violência!**

Diferentemente de alguns países em que existe uma evidente segregação entre negros e brancos, o discurso oficial adotado no Brasil é o da existência de uma suposta democracia racial, que garante iguais direitos e oportunidades a todas e todos. Porém os pobres e negros são as maiores vítimas da violência no país.

A chance de homicídios contra jovens negros é duas vezes maior que contra os brancos, de acordo com o Índice de Homicídio na Adolescência. 60% dos carcerários do país são negros e a proposta de redução da maioridade penal culpabiliza justamente as maiores vítimas da violência e dos assassinatos no nosso país.

A violência contra a mulher, assim como a violência racista, é também um fato cotidiano, apesar de ser considerada “politicamente incorreta”. No Brasil, a cada uma hora e meia morre uma mulher vítima de violência machista. O serviço de denúncias de violência contra a mulher (180) registrou 2.967 chamadas apenas na Região Metropolitana de Campinas no primeiro semestre deste ano e Campinas foi o município da região com o maior número de registros, 2.066.

A Lei Maria da Penha, ainda hoje, 8 anos depois de sua publicação, não tem as condições mínimas de implementação para de fato proteger a integridade física e psicológica das mulheres em situação de violência. Falta de recursos para garantir equipamentos mínimos e formação de profissionais são evidentes em Campinas, pois há apenas uma delegacia da mulher na cidade, que funciona somente em horário comercial, e uma casa abrigo com menos de 30 vagas.

A divisão social dos papéis do homem e da mulher legitima a violência contra as mulheres quando há qualquer tipo de resistência ao cumprimento destes. A cultura do estupro tenta o tempo todo ensinar às mulheres como não serem estupradas e não aos homens a não estuprar, deixando claro como a sociedade justifica a violência sexual.

Alarmanes também são os números de casos de violência motivados por homofobia/lesbofobia/transfobia. Hoje o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos à população LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e são comuns, ainda, crimes de estupro corretivo a lésbicas e bissexuais femininas, o que mostra que a violência da discriminação quanto a diversidade sexual.

Aqueles que se identificam num padrão de sexo/gênero diferente do dominante sofrem ainda mais. As travestis e transexuais, devido ao enorme preconceito, são marginalizadas e enfrentam situações ainda mais perversas de violência.

Frente a esta dura realidade, propomos:

- Que o STU apóie e construa com outras entidades e movimentos iniciativas de luta pelos direitos das mulheres, respeitando a auto-organização, a exemplo da mobilização frente a onda de estupros que aconteceu em 2011 em Barão Geraldo cuja conquista foi mais ônibus circulares no entorno do *campus* durante o período noturno;
- Que o STU promova uma campanha de combate à violência contra as mulheres e de conscientização sobre os direitos das mulheres;
- Que o STU atue no combate à criminalização e ao genocídio da juventude negra, que já se intensificam nas cidades que sediarão os grandes eventos de 2014 e 2016. Pela desmilitarização das polícias!;
- Luta em prol da regulamentação do PLC 122 e/ou de leis que garantam os direitos aos LGBTT;
- Articulação com as demais entidades dos *campi* de espaços sobre a Diversidade Sexual no sentido de ampliar esta discussão na nossa categoria e na sociedade.

## **2) As desigualdades no mundo do trabalho**

Apesar do crescimento da inserção da mulher no mercado de trabalho, as mulheres ainda são mais da metade da população desempregada e, mesmo com maior escolaridade, recebem salários mais baixos e assumem os piores postos de trabalho. Com as responsabilidades domésticas, as mulheres possuem uma jornada de trabalho dupla ou tripla, somando-se ainda o fato de possuírem com frequência mais de um emprego formal.

A taxa de desemprego também é pior entre negros (12,2%) do que entre brancos e amarelos (9,6%). Além disso, os rendimentos mensais dos brancos (R\$ 1.538) é quase o dobro dos pretos (R\$ 834) e dos pardos (R\$ 845).

As travestis e transexuais, em sua esmagadora maioria, acabam por abandonar a escola muito cedo devido à violência e ao preconceito. A baixa escolaridade faz com que tenham mais dificuldade em ingressar no serviço público, onde garante-se o princípio da impessoalidade, e o forte preconceito as exclui do trabalho no setor privado, restando, então, a prostituição e a marginalidade.

A terceirização dos postos de trabalho, cada vez mais profunda no serviço público, representa o maior grau de precarização do emprego: direitos trabalhistas flexíveis, salários e benefícios

menores, assédio moral são constantes dentro e fora da Unicamp, além de ser o canal mais fácil de exclusão dos LGBTT. É justamente neste tipo de emprego que ocorre maioria de mulheres, negros e negras. Basta olhar ao redor dentro da Unicamp para perceber que as mulheres negras são maioria nos serviços de limpeza e portaria.

Dessa forma, a luta contra a terceirização e pela ampliação do serviço público se torna uma importante batalha contra o racismo, o machismo e a homo\lesbo\transfobia. É fundamental que o STU tenha isso como prioridade, a exemplo do apoio à greve das trabalhadoras da limpadora Centro em julho desse ano e da organização da luta dos trabalhadores Funcamp.

- Que o STU continue na luta contra a terceirização e para que a única forma de ingresso laboral na Universidade seja através de concurso público, como forma de garantir que os setores oprimidos ingressem com igualdade de direitos e sem discriminação contra sua orientação sexual, identidade de gênero ou cor;
- Que o STU realize uma campanha contra o assédio moral com suporte e orientações sobre como denunciar esta prática criminosa, que gera o adoecimento dos trabalhadores e recai com maior brutalidade sobre os setores oprimidos;
- Que o STU exija da universidade o cumprimento do acordo sobre o assédio moral firmado em 2008, estabelecendo acompanhamento da entidade junto às denúncias e providências adotadas;
- Que o STU lute pela isonomia de salários e direitos entre todos que trabalham na universidade. Pelo direito à creche de qualidade para todos, ao atendimento de qualidade no CECOM e pela jornada de 30 horas para todos os profissionais da área da saúde.

### **3) Ações afirmativas e políticas públicas**

O descaso com os serviços públicos, através da privatização, é também fator de desigualdade no acesso a direitos essenciais para a garantia de uma vida digna.

Enquanto pretos e pardos somam 50,7% da população brasileira, estes são apenas 25% dos universitários; a taxa de analfabetismo entre estes é de 27,4%, e entre brancos é de 5,9%. Na Unicamp, somente 13,2% de seus ingressantes em 2013 eram pretos, pardos ou indígenas. A solução dada pelo governo estadual através do PIMESP, além de não resolver o problema do acesso de negras e negros, tem um caráter racista, diferenciando o processo de aprendizado dos cotistas. Assim, o STU deve defender uma política real de cotas raciais na universidade e rechaçar a implementação do PIMESP na Unicamp.

Enormes retrocessos estão sendo propostos no sentido de aprofundar a discriminação à comunidade LGBTT. A entrada do pastor Marco Feliciano na CDHM da Câmara e a recente tentativa de patologizar a diversidade sexual através do projeto da “Cura Gay” comprovam isto.

Ferindo direitos já garantidos às mulheres, está em tramitação o chamado Estatuto do Nascituro, projeto de lei que se propõe a dar garantias jurídicas a um conjunto de células com potencialidade de desenvolver um ser humano, mesmo que isso signifique danos irreparáveis à saúde física e psíquica da grávida. Além disso, o projeto coloca o estupro na condição de genitor da criança e não como criminoso, criminalizando o aborto nos casos em que ele é atualmente considerado legal.

- Que o STU construa uma campanha contra o Estatuto do Nascituro, divulgando na comunidade a importância do combate a esse projeto, e pela garantia dos direitos já conquistados pelas mulheres;
- Que o STU construa e participe de ações nos *campi* da Unicamp e também fora dela no 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), no 8 de março (Dia Internacional de Luta das Mulheres), no Dia da Visibilidade Lésbica e Trans, entre outras datas dos calendários de luta dos movimentos negro, LGTTB e de mulheres;
- Defesa de uma política de cotas para negros nos concursos públicos da Unicamp;
- Luta pela garantia de pleno acesso a creches públicas e de qualidade, direito este da mãe trabalhadora e da criança. Por mais contratações de professores para a DEdIC via concurso público para jornada de 30h semanais! Contra a política do auxílio-criança, educação não é mercadoria!
- Garantia de apoio recreativo para crianças durante espaços de maior duração do movimento sindical da Unicamp como forma de incentivar a participação das mães trabalhadoras;
- Luta em favor dos direitos humanos simbolizada hoje pela campanha política “Fora Feliciano”. Somos contra a patologização das transexuais e o projeto da “Cura Gay”! ;
- Luta pelo reconhecimento do “nome social” de transexuais como nome oficial e de outros direitos civis, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo;
- Luta por uma saúde pública de qualidade, que dê atenção através de acompanhamento pré-natal e parto humanizado a todas as mulheres. Maternidade é direito e não dever!